

Termos psicológicos disposicionais e análise do comportamento

*Filipe Lazzeri**

*Jorge M. Oliveira-Castro***

Resumo: Este artigo tem como objetivo principal apresentar uma reconstrução lógico-conceitual e avaliação de três argumentos de Skinner para a tese de que os termos psicológicos comuns são, em geral, inadmissíveis em análise do comportamento (a tese da inadmissibilidade). Começamos fazendo uma revisão da abordagem de tais termos sustentada por Skinner, particularmente sua abordagem das categoriais de termos psicológicos disposicionais. Muito dela é aqui aceito, mas adotamos, como hipótese de trabalho, um desacordo com a premissa de Skinner de que eles sejam irremediavelmente mentalistas. Nossa análise mostra que, se esta hipótese estiver correta, então os argumentos analisados não resultam ser inteiramente plausíveis; e, embora a opção do autor seja plenamente aceitável, também o é uma (em princípio) opção alternativa, que explore os valores heurísticos de tais termos (sem incorporá-los ao vocabulário de base) para a descoberta de padrões comportamentais e seus contextos, em ambientes abertos de pesquisa. Um objetivo colateral deste artigo é mostrar o equívoco de duas suposições muitas vezes assumidas em filosofia da mente sobre o behaviorismo radical: a de que ele não tem uma abordagem relevante sobre o funcionamento dos termos em questão e a de que sua tese da inadmissibilidade se baseia em premissas verificacionistas.

Palavras-chave: Análise do comportamento; Behaviorismo; Seleção pelas consequências; Skinner; Termos psicológicos

Abstract: The main goal of this article is to present a logic-conceptual reconstruction and evaluation of three of Skinner's arguments for the thesis that ordinary psychological terms are, in general, inadmissible in behavior analysis (the inadmissibility thesis). We begin by providing a review of Skinner's account of such terms, particularly his approach to the categories of dispositional psychological terms. Much of it is here accepted, but adopting as a hypothesis a disagreement with Skinner's premise that they are irremediably mentalistic. Our analysis shows that, if this hypothesis is correct, then his arguments for the inadmissibility thesis do not turn out to be entirely plausible; and also, that, though Skinner's option is plainly acceptable, so is an (in principle) alternative approach, which explores, in behavior

* Mestrando em filosofia pela Universidade de Brasília, bolsista da CAPES. *E-mail:* filipelazzeri@gmail.com.

** Professor do Departamento de Processos Psicológicos Básicos da UnB, pesquisador do CNPq. *E-mail:* jocastro@unb.br. Artigo recebido em 18.03.2010, aprovado em 30.11.2010.

analysis, the heuristic value of such terms (without embodying them into the basic vocabulary) for the discovery of behavioral patterns and contexts in open research environments. A collateral goal of this article is to unmask as misguided two frequent assumptions in philosophy of mind concerning radical behaviorism; namely, that it does not have a relevant approach to the operations of mental terms, and that its inadmissibility thesis is based upon verificationist premises.

Keywords: Behavior analysis; Behaviorism; Psychological terms; Selection by consequences; Skinner

O vocabulário psicológico comum pode ser classificado, segundo vários autores assumem, em pelo menos duas categorias de termos: os termos para experiências e sensações, e os termos intencionais. Aqueles para experiências e sensações, tais como ‘estar alegre’, ‘sentir fome’ e ‘sentir calor’, são considerados como termos associados a fenômenos que exemplificam propriedades qualitativas (*qualia*) e que possuem duração contínua e intensidade. Já os termos intencionais são aqueles associados a fenômenos que, reputa-se, exemplificam a propriedade de ser sobre algo, ou seja, a propriedade da intencionalidade (no sentido filosófico deste conceito). Na visão que se tornou preponderante, a partir de Brentano (1995) e Chisholm (1957), trata-se de predicados tais como ‘supor’, ‘desejar’ e ‘tencionar’, que figuram em predicções analisáveis sob a forma ‘ s V que p ’ (sendo s um termo-sujeito, V o predicado intencional em forma verbal, e p o complemento verbal de V , expressando um conteúdo proposicional), predicções estas com referências opacas (ou seja, constituem exceção à lei de substituição de idênticos de Leibniz) e que desempenham, pelo menos em seu emprego de terceira pessoa, as funções de explicar e predizer comportamentos.

Predicados tais como ‘ser inteligente’, ‘ser organizado’, ‘ser tímido’ e ‘ser agressivo’, porém, não satisfazem um ou outro destes conjuntos de características, e, então, podem ser agrupados sob uma terceira categoria. Eles são termos para os assim chamados “traços de personalidade” ou “de caráter”, que, segundo filósofos como Ryle (1949), possuem um caráter marcadamente disposicional (ou seja, não dizem respeito a ocorrências particulares, em momentos t discretos, mas a relações entre eventos, e admitem ser analisados sob a forma de condicionais contrafactuais), que

seria comum também (o que consideramos correto) à maioria dos empregos dos termos intencionais¹.

No presente artigo, a abordagem articulada por Skinner acerca das duas categorias de termos psicológicos disposicionais, bem como a questão de se estas categorias podem ter legitimidade em análise do comportamento (o programa de pesquisa em psicologia que sua filosofia, o behaviorismo radical, procura balizar), são tratadas. Os termos para experiências e sensações, aqui, não constituem foco de nossa análise.

Ressalte-se que, embora utilizando, por vezes, neste trabalho, as expressões ‘termos intencionais’ e ‘termos para traços de personalidade’, fazemo-lo apenas por brevidade e por serem terminologia familiar, pois tais expressões merecem ressalvas. Recentemente, autores como Millikan (1993) argumentam (a nosso ver, com sucesso) que os termos intencionais não são, a rigor, apenas de tipo psicológico, havendo fenômenos outros que psicológicos que exemplificam a propriedade da intencionalidade (tanto quanto eles), tais como os órgãos dos seres vivos. Quanto à expressão ‘termos para traços de personalidade’, não pressupomos, de modo algum, que se apliquem somente a pessoas.

O objetivo central deste trabalho é apresentar uma reconstrução lógico-conceitual e ponderação de alguns argumentos de Skinner para a tese de que os termos psicológicos comuns são inadmissíveis em análise do comportamento (a qual podemos chamar de *tese da inadmissibilidade*). São duas as ponderações gerais que fazemos, ambas a partir de um ponto de vista behaviorista, compartilhando com Skinner a concepção selecionista das causas do comportamento ordinariamente dito “voluntário” e muito de sua abordagem das diferentes categorias de termos psicológicos comuns. Com efeito, consideramos plausível que os termos intencionais e para traços de personalidade ou caráter (que podemos abreviar por ‘DPTs’) – categorias de interesse maior no trabalho – dizem respeito, fundamentalmente, a eventos comportamentais e aos contextos a estes associados. No entanto, Skinner pressupõe, pelo menos em seus argumentos para a tese da inadmissibilidade, que os DPTs são, em última instância, irremediavelmente mentalistas (ou seja, usados como inferências a supostas

¹ Estas distinções não pretendem delimitar, de modo algum, todas as categorias de conceitos psicológicos, mas apenas o âmbito do presente artigo. Além disso, sabe-se que elas possuem algumas interfaces.

entidades internas iniciadoras das ações). Como hipótese de trabalho, discordamos desta pressuposição (pelas razões que expomos oportunamente). Em outras palavras, este trabalho adota a hipótese de que os DPTs não são inerentemente mentalistas, e, a partir disso, analisamos as consequências que se seguem para os argumentos de Skinner em questão. As duas ponderações são as seguintes:

- (a) se os DPTs não forem irremediavelmente mentalistas, então os (três) argumentos que analisamos do autor para a tese da inadmissibilidade não resultam ser plausíveis; e
- (b) se for o caso o mesmo antecedente de (a), então a tese da inadmissibilidade não é plausível. E, embora a opção de Skinner seja plenamente aceitável metodologicamente, também sê-lo-ia (neste caso) o uso de DPTs em um possível subprograma em análise do comportamento, como ferramenta heurística (não, de modo algum, como vocabulário de base) para a descoberta das variáveis dependentes e independentes de interesse da área, desde que o funcionamento destes termos seja apropriadamente delimitado (inclusive em suas relações fundamentais com mecanismos de seleção do comportamento)².

Como um objetivo colateral, tencionamos contribuir para se desfazer alguns equívocos que frequentemente ocorrem em filosofia da mente e alhures acerca do behaviorismo radical. Em particular, dois dos equívocos: (i) que Skinner não teria algo filosoficamente (isto é, conceitualmente) relevante a dizer sobre os termos psicológicos comuns, mas apenas sobre questões metodológicas em psicologia; e (ii) que sua tese da inadmissibilidade se deve a uma forma de verificacionismo quanto aos enunciados psicológicos comuns, tal que impediria a consideração de eventos privados e inobserváveis para os quais estariam. A suposição (i) geralmente dá-se pela divisão, amplamente assumida (como transparecem vários livros de introdução à filosofia da mente), entre “behaviorismo filosófico” e “behaviorismo psicológico”. A suposição (ii), por sua vez, costuma ocorrer (como veremos) quando não são levadas em conta as

² Note-se que a ponderação (b) não implica que a admissão dos DPTs na área deva prevalecer sobre a opção pela sua não admissão. Há ainda a opção por o subprograma criar termos originais também regidos por uma lógica disposicional, e descartar os termos da linguagem cotidiana.

particularidades do behaviorismo de Skinner, em relação a versões iniciais do behaviorismo. Na medida em que tais equívocos levam a consequências filosoficamente condenáveis, urge desmascará-los, e nosso percurso para o objetivo principal constitui uma ocasião para tanto.

A abordagem de Skinner sobre o funcionamento dos DPTs baseia-se em sua concepção operante, selecionista do comportamento (voluntário). Por isso, antes de uma revisão de sua abordagem dos conceitos em questão, feita nas seções (2) e (3), fazemos uma breve revisão desta concepção, na seção (1). Não se pretende aqui expor os pormenores a respeito, em qualquer um dos casos, mas apenas os elementos suficientes para nossas reconstruções e ponderações, feitas na seção (4). Todas as conclusões que pretendemos são explicitadas na seção (5), seguidas de algumas qualificações.

1 Operante

Para Skinner (1953; 1969), o comportamento dito “voluntário” é comportamento resultante de causação selecionista. O autor denomina tal comportamento de *operante*: um atuar do organismo sobre o ambiente, produzindo resultados que aumentam ou diminuem a probabilidade deste operar vir a ocorrer novamente, em circunstâncias similares. No primeiro caso, diz-se que a consequência é *reforçadora*, enquanto, no segundo, que é uma consequência *punitiva*, e diz-se dos processos respectivos – de aumento ou diminuição da probabilidade de ocorrência do ato – *reforço* e *punição*. Por exemplo, ao aprender a estacionar um carro, determinados atos de uma pessoa que resultem em um estacionar adequado geralmente resultam em reforço, ao passo que aqueles que não produzem o estacionar ou o fazem inadequadamente costumam ser punidos.

O operante é uma classe de atos singulares que produzem uma consequência comum, sob um determinado contexto. Um determinado tipo de contexto passa a ser associado a tal consequência, tornando-se, então, uma provável ocasião para um ato resultar nela. Por exemplo, o comportamento de estacionar define-se em função da consequência de o carro ficar estacionado. Os contextos para o estacionar costumam ser os espaços de estacionamento e que não contenham uma placa de proibição, além de alguns espaços em frente a lojas, moradias e similares. À tríplice relação entre ato singular, contexto e consequência, Skinner (1969)

denomina *contingência de reforço* ou *de punição* (dependendo de a consequência ser reforçadora ou punitiva).

Nesta visão, aquilo que determina fundamentalmente um ato particular é a *história de reforço e punição* do padrão que ele compõe. O contexto presente do ato não é aquilo que determina sua ocorrência, mas, antes, apenas constitui uma ocasião para um ato produzir aquela consequência que, no passado, foi produzida por atos similares, aumentando sua probabilidade. Quanto aos estados e processos neurofisiológicos, eles participam da causação dos atos, mas apenas como causas proximais, colaterais ao processo histórico de interação organismo-ambiente.

A seleção do comportamento pelas suas consequências possui vários paralelos com a seleção natural das espécies. Trata-se de processos que envolvem conjuntos de entidades individuais concretas (localizadas em espaços e momentos específicos) e que variam quanto a algum atributo que possui uma relação relevante com o ambiente, para a sobrevivência ou reprodução do organismo³; no caso da seleção natural, tem-se uma população de seres vivos particulares e que variam quanto a algum atributo fenotípico (por exemplo, em uma população de determinadas borboletas, a cor das asas), enquanto que, na seleção operante, um conjunto ou “população” de atos particulares que variam quanto a atributos comportamentais relevantes (por exemplo, em uma “população” de atos de uma pessoa de dirigir um carro, uma propriedade relevante para o bem estacionar). Ambos os processos causais são descontínuos espacial e temporalmente, ou seja, são processos que possuem um caráter histórico⁴; os indivíduos de uma espécie devem sua existência à história de seleção da espécie do qual é um exemplar, e, no caso dos atos de um padrão operante, tem-se indivíduos que devem sua existência à história de seleção do padrão do qual são exemplares, pelas consequências resultantes de atos passados (e não a causas mecânicas presentes, sejam internas ou externas). Além disso, as populações definem-se, em ambos os casos, pela história de seleção das variações, e não pelas similaridades topográficas dos indivíduos⁵. Trata-se de definições funcionais de *espécie* e *comportamento*: os atos da classe são

³ Cf. Baum, 2005, cap. 4; Glenn & Madden, 1995.

⁴ Cf. Chiesa, 1994, cap. 5.

⁵ Cf. Baum, 2005; Glenn & Madden, 1995.

homólogos em razão das consequências que seus “ancestrais” produzem (por exemplo, duas borboletas podem ser semelhantes em aparência física, mas serem de espécies diferentes, tendo histórias filogenéticas diferentes; dois atos podem ser iguais topograficamente, mas constituírem comportamentos diferentes, por serem função de histórias de seleção por consequências diferentes).

Skinner assume que o comportamento humano é produto fundamentalmente destes dois níveis de variação e seleção – níveis filogenético (seleção natural) e ontogenético (seleção operante) – e, ainda, também de um terceiro, a saber, o nível cultural, das consequências reforçadoras e punitivas para grupos de pessoas (e não apenas para os indivíduos, como na seleção operante). Para o autor, os processos causais dos três níveis substituem causas fictícias⁶. Por exemplo, a seleção natural substitui as explicações criacionistas da origem das espécies; a seleção operante (como veremos na seção 3, abaixo) substitui atributos intencionais (propósitos, expectativas, etc.) como causas dos comportamentos.

2 O real funcionamento dos DPTs segundo Skinner

Com base nesta concepção do comportamento ordinariamente descrito como “voluntário”, Skinner faz uma análise dos DPTs que pode ser subdividida em duas: uma análise de como verdadeiramente funcionam e uma análise de como eles são assumidos funcionar em seu emprego usual, natural. Vamos começar pela primeira⁷.

Skinner sustenta que os termos intencionais funcionam verdadeiramente como menções indiretas e abreviadas de contingências de reforço e de punição.

Temos examinado aquilo que pode ser chamado o lado intelectual da vida mental – as experiências que se têm no mundo em que se vive, as inferências sobre a estrutura de tal mundo, os planos que se tem para lidar com ele, intenções,

⁶ Cf. por exemplo, Skinner, 1988b.

⁷ Observe-se de início que Skinner, ao tratar dos termos intencionais, não utilizou a terminologia que estamos utilizando aqui. O autor apenas menciona casos de termos intencionais (‘propósito’, ‘intenção’, ‘crença’, ‘expectativa’, ‘procurar’, dentre outros) e, por vezes, generaliza sua abordagem para os demais termos intencionais, dizendo “e assim por diante”.

propósitos, ideias que se tem, e assim por diante. Vimos interpretando os fatos aos quais tais expressões parecem se referir como aspectos do comportamento humano atribuíveis a contingências de reforço [e de punição] – ou, para repetir, a relações sutis e complexas entre três coisas: a situação em que o comportamento ocorre, o próprio comportamento e suas consequências. (Skinner, 1976, p. 163; tradução nossa)

Isso significa que, nesta visão, os termos intencionais dizem respeito a aspectos do comportamento relacionados aos processos de sua seleção: a variáveis ambientais exercendo controle sobre o comportamento – nomeadamente, consequências históricas e variáveis do contexto relevante – e à probabilidade de determinados comportamentos serem emitidos, em razão do controle exercido por tais variáveis. Para Skinner, os termos intencionais não desempenham suas funções explicativa e preditiva pela remissão a estados, processos ou similares causadores das ações. Antes, apenas contextualizam o comportamento, assim relacionando-o indiretamente e de modo abreviado à sua história de seleção e a seus efeitos costumeiros⁸.

A que tipo mais específico de aspecto do comportamento que é referido por uma predicação intencional, depende do termo intencional e do tempo verbal em que é empregado. Por exemplo, uma predicação intencional atribuindo a alguém temor de que algo aconteça geralmente funciona como um comentário sobre uma provável consequência punitiva, dada a presença de certos indícios contextuais desta consequência⁹. A atribuição de expectativa frequentemente funciona como um comentário acerca da probabilidade de determinado ato resultar em certas consequências, associadas a circunstâncias que se apresentam, geralmente reforçadoras¹⁰. Termos como ‘propósito’ e ‘intenção’, que possuem forte conotação de direcionalidade a eventos futuros, dizem respeito à ocorrência provável de atos que estão associados à produção ou obtenção de determinadas consequências¹¹. Querer fazer algo ou obter algo significa que

⁸ A abordagem de Skinner acerca dos termos para sensações, por outro lado, possui algumas especificidades, na medida em que as relaciona a condições orgânicas. Para a abordagem de Skinner acerca destes termos, cf. Skinner, 1953, caps. 10 e 17; 1988a.

⁹ Cf. Skinner, 1969, p. 127.

¹⁰ Cf. Skinner, 1969, p. 127; 1976, p. 77

¹¹ Cf. Skinner, 1969, p. 61-62.

o organismo provavelmente fará ou obterá isso quando as circunstâncias para tanto se apresentarem, em razão de determinadas contingências de reforço¹².

A visão de Skinner sobre os termos para traços de personalidade é similar¹³. O autor analisa-os como maneiras de representar o repertório comportamental dos organismos, apontando-se a força relativa de determinados comportamentos com relação a certos estímulos. Por exemplo, predica-se ‘inteligência’ a comportamentos relativamente rápidos e precisos com relação a certas perguntas e situações-problema. Tais termos não se referem propriamente a variáveis de algum nível não-comportamental, mas, antes, a contingências de reforço e punição e seus resultados comportamentais.

Em certos casos de emprego dos termos intencionais em que o termo-sujeito é de primeira pessoa (explícito ou não), como em “Creio que Pedro irá até aquela árvore repleta de frutas”, seu funcionamento possui a mesma característica de remissão indireta a contingências de reforço ou de punição, mas com o acréscimo de que algumas vezes funcionam como *regras* precursoras de comportamentos.

Um enunciado mais explícito pode ser feito antes do ato: um homem pode anunciar seu propósito, declarar sua intenção ou descrever seus pensamentos, crenças ou conhecimento sobre os quais sua ação será baseada. Tais não podem ser remissões à ação, posto que a ação não ocorreu ainda; parecem, antes, descrever precursores. Uma vez feito tal declaração, ela pode muito bem determinar a ação como uma forma de regra construída pela pessoa. É, então, um verdadeiro precursor tendo um óbvio efeito sobre a ação subsequente. Quando encoberto, pode ser difícil de ser reconhecido; mas ele é ainda uma forma de comportamento ou um produto do comportamento ao invés de um precursor mental. (Skinner, 1969, p. 126; tradução nossa)

O emprego dos termos intencionais, em tais casos, corresponde à formulação de regras, e, assim, é uma forma de comportamento verbal. Skinner (1969) entende por *regra* um estímulo discriminativo verbal – sendo que *estímulo discriminativo* corresponde ao elemento contextual da contingência tríplice –, que sinaliza contingências de reforço ou de punição

¹² Cf. Skinner, 1971, p. 37.

¹³ Cf. Skinner, 1953, p. 194ss.

(ou seja, relações entre contextos, comportamentos e consequências reforçadoras ou punitivas).

As regras são formuladas, frequentemente, após o contato direto com determinadas contingências. Depois de formuladas, elas podem ser aprendidas por outras pessoas, e, assim, o comportamento destas pode ser emitido sem depender do contato direto com as contingências. (Desta maneira, as regras desempenham importante papel, por exemplo, na resolução de problemas.) Na medida em que modificam a probabilidade das ações, as regras têm um papel causal, mas elas apenas se estabelecem como parte do repertório de alguém quando segui-las passa a resultar nas consequências às quais originalmente estavam relacionadas. Portanto, o comportamento de seguir regras, como qualquer operante, é comportamento controlado por histórias de reforço e de punição.

Entendida como regra, um enunciado intencional “de primeira pessoa” (como se diz) funciona como um estímulo contextualizador, que serve como sinalização de contingências de reforço ou de punição geralmente relevantes para o próprio indivíduo. Assim, os termos intencionais, neste uso, podem influenciar o curso das ações. Por exemplo, quando João anuncia que tem a intenção de se formar em medicina, este comportamento pode influenciar algumas de suas ações. A verbalização de uma intenção pode alterar as contingências sociais que, geralmente, requerem algum nível de correspondência entre o que as pessoas dizem e fazem. Ou seja, quando João anuncia sua intenção, isso pode, por exemplo, aumentar a chance de as pessoas ao seu redor punirem comportamentos incompatíveis com a meta de se formar em medicina. João já experimentou, ao longo de sua interação com os outros, essas contingências. Portanto, expressar uma intenção pode influenciar, de diversas maneiras, a probabilidade de certas ações.

Entretanto, tal emprego dos termos intencionais é ele próprio uma forma de comportamento, de modo que propósitos, intenções, crenças e similares, em tais casos, como em quaisquer outros, não são entidades mentais internas. Para Skinner, é-se levado a pensar que o são pelo fato de que com frequência o comportamento em questão é encoberto, ou seja, sem ser manifesto a terceiros (tal como o é a conversa de uma pessoa consigo mesma de maneira subvocal).

3 O caráter mentalista do emprego usual dos DPTs

A respeito de como os DPTs são usualmente assumidos funcionar, Skinner (1971; 1976) argumenta que o são de modo mentalista, ou seja, como designações de supostas entidades internas e iniciadoras das ações. Os DPTs não se refeririam à dimensão comportamental do organismo como um todo, mas a uma dimensão interna, de caráter espiritual ou neurofisiológico. A suposição mentalista, segundo Skinner, está subjacente ao emprego comum de tais termos (devido a vários fatores, que abaixo mencionamos).

Skinner sustenta que esta suposição corresponde a uma visão totalmente equivocada acerca dos eventos psicológicos humanos. Aquilo que origina e mantém os comportamentos são seus processos históricos de seleção, em conjunção com variáveis ambientais contextuais, analogamente ao que ocorre com as espécies de seres vivos.

No início de *About Behaviorism*, livro que constitui, em parte, um estudo de vários conceitos psicológicos comuns, Skinner (1976, p. 21) alerta para o fato de que não pretende promover traduções completas deles, posto que “Não há talvez equivalentes comportamentais exatos, certamente nenhum com as nuances e os contextos dos originais. Gastar muito tempo em redefinições exatas [...] seria tão insensato quanto os físicos fazerem o mesmo para éter, flogisto ou *vis viva*”. Assim, para Skinner, os termos intencionais são como termos teóricos ultrapassados e vazios da história das ciências (tais como ‘éter’, ‘flogisto’, ‘calórico’, etc.) e a termos do senso comum tais como ‘nascer do sol’: simplesmente supõe referir-se a algo no mundo, consoante a uma visão compartilhada, para o fim da explicação e predição de certos fenômenos, quando, na verdade, esta visão está fundamentalmente equivocada.

Os fatores responsáveis pela linguagem mentalista e por que respectivamente correspondem a erros são pelo menos os seguintes:

1. Como vimos, o emprego dos termos intencionais em primeira pessoa (em particular para eventos futuros) pode dar a entender que estão para entidades mentais internas. Funcionando este emprego como regras precursoras de ações, que têm certa influência sobre elas e que frequentemente são encobertas (não manifestas a terceiros), é-se levado a negligenciar a história deste tipo de comportamento e a supor-se que é um precursor mental, e não um comportamento (operante).

2. Os DPTs funcionam originalmente como adjetivos ou verbos, mas, aos serem substantivados, tendem a ser tomados como nomes de causas, pelo fato de os substantivos frequentemente funcionarem como nomes para objetos. Por exemplo, de “um comportamento ser inteligente” e “uma pessoa querer obter determinada coisa”, infere-se que o comportamento “exibe inteligência” e que a pessoa “tem uma vontade”, e, a partir disso, que o comportamento “é o efeito da inteligência” e “resultado da vontade”¹⁴.

3. O papel do ambiente não é claro. As ações dirigem-se para consequências futuras, e, então, aparentemente, não é o ambiente que as determinam. Como suas causas (processos causais de seleção pelas consequências, descontínuos espacial e temporalmente) estão no passado e não se mostram de modo evidente no ambiente presente, é-se levado a inferir que as causas das ações são internas¹⁵.

4. Os seres humanos e outros organismos, por vezes, experimentam sensações na circunstância do agir, que facilmente são tomadas como causas. São, antes, produtos colaterais das interações históricas, em coatução com mecanismos (filogenéticos) relacionados aos reflexos, de modo que o acontecimento de determinados aspectos ambientais (por exemplo, presença ou ausência de certos objetos, tempo prolongado sem a ocorrência de certos eventos) evoca tais sensações. Elas facilmente são tomadas como causas, substitutos da causação não visualizada, o que corresponde a uma inferência *post hoc, ergo propter hoc*¹⁶.

5. A cultura geral em que vivemos herda pressuposições mentalistas acerca do ser humano refletidas no vocabulário intencional. Dentre as quais, há a pressuposição de que o ser humano é o agente determinante de suas ações e responsável por elas, e não o ambiente¹⁷. Também, a suposição de que as artes e outras atividades criativas humanas são fruto de um gênio criador ou similar sem precedentes ambientais. Tendemos a admirar os comportamentos e a atribuir-lhes causas mentais quando parecem misteriosos, ou seja, quando não temos qualquer conhecimento de sua história seletiva¹⁸.

¹⁴ Cf. Skinner, 1953, p. 202; 1976, p. 177-178.

¹⁵ Cf. Skinner, 1971, p. 16; 1976, p. 57-59 e p. 142.

¹⁶ Cf. Skinner, 1971, p. 15-16; 1976, p. 10-11 e p. 52-53.

¹⁷ Cf. Skinner, 1971, *passim*.

¹⁸ Cf. Skinner, 1971, p. 53.

Em suma, Skinner alega que o mentalismo é uma visão falsa de mundo. O comportamento, por várias razões, é tido em nossa cultura como sendo função de crenças, desejos, intenções, traços de personalidade e similares, mas ele o é, antes, de contingências históricas de reforço e punição, bem como de contingências ambientais relacionadas à filogênese e ao ambiente sócio-cultural em que se vive. Há uma incompatibilidade entre o mentalismo e o fato de o comportamento ordinariamente dito voluntário ser, na verdade, função de causação seletiva (nestes três níveis de atuação).

4 A rejeição de Skinner aos DPTs em análise do comportamento

Esta segunda parte da abordagem de Skinner sobre os termos em questão o conduz a uma posição eliminativista, embora diferente daquela defendida por P. M. Churchland (1981; 1988). Tal como para este autor, para Skinner (1) os DPTs possuem uma conotação irremediavelmente errônea, e, por isso, (2) não servem para a psicologia enquanto uma ciência natural e que se pretende rigorosa. Do mesmo modo como as ciências físicas e biológicas abandonaram o vocabulário comum que descreve objetos que fazem parte de seus respectivos estudos, a psicologia deve abandonar os DPTs, segundo ambos os autores. As diferenças entre suas posições são fundamentalmente duas: (1') na perspectiva de Churchland, os eventos psicológicos são eventos cerebrais, enquanto que, na Skinner, são comportamentais; e (2') Skinner restringe sua posição apenas ao emprego dos DPTs em psicologia, e não ao seu emprego ordinário, enquanto que Churchland estende sua rejeição a este uso também.

Analisamos, nas subseções seguintes, aqueles que vemos como sendo os três argumentos principais de Skinner para a tese de que os DPTs são *inadmissíveis* em análise do comportamento. Porém, observe-se, em primeiro lugar, que nem todos os argumentos formulados por Skinner para a *rejeição dos DPTs* são argumentos para a tese em questão, que é mais forte¹⁹. Em segundo lugar, Skinner procura, a rigor, rejeitar o uso de tal

¹⁹ Um dos argumentos para a tese mais fraca (ou seja, para a rejeição dos DPTs, não para sua inadmissibilidade) encontra-se, por exemplo, em Skinner, 1938, p. 7. Diferentemente daqueles que aqui analisamos (argumentos que ocorrem em suas obras posteriores), tal argumento não pressupõe a premissa da equivalência entre vocabulário psicológico comum e vocabulário mentalista.

vocabulário em seu programa mais geral, tripartido de ciência do comportamento, de modo que a denominação ‘análise do comportamento’ poderá ser entendida em tal acepção alargada²⁰. Note-se ainda que, embora tais argumentos sejam formulados com relação não só aos DPTs, mas também aos termos psicológicos comuns em geral (porque, apesar de Skinner interpretar de maneiras particulares os diferentes tipos destes predicados, considera que todos são usados de maneira mentalista), nossas reconstruções restringir-se-ão aos DPTs apenas. Interessa-nos, neste artigo, objetar a tese da inadmissibilidade apenas quanto às duas categorias correspondentes.

4.1 O argumento de que os DPTs atrapalham

Um primeiro argumento, que é relativamente bastante conhecido, diz que os DPTs devem ser rejeitados em análise do comportamento porque eles atrapalham a pesquisa das causas do comportamento²¹. Ele está sumarizado no *slogan* “The world of the mind steals the show” (Skinner, 1971, p. 12). Podemo-lo analisar da seguinte forma:

- (1) Se os DPTs, em última instância, são empregado de modo mentalista, então atrapalham a busca pelas variáveis que controlam o comportamento.
- (2) Se os DPTs atrapalham a busca pelas variáveis que controlam o comportamento, então atrapalham os efetivos controle, predição e explicação do comportamento.
- (3) Se os DPTs atrapalham os efetivos controle, predição e explicação do comportamento, então são inadmissíveis em análise do comportamento.
- (4) Ora, os DPTs são, em última instância, empregados de modo mentalista.
- (5) Logo, os DPTs são inadmissíveis em análise do comportamento. (De (1)-(4), sorites)

Para Skinner, os DPTs interferem na pesquisa efetiva daquilo cujo comportamento é função. Apelando a supostas entidades internas

²⁰ No programa mais geral proposto por Skinner, a análise do comportamento é a ciência da seleção ontogenética do comportamento, ao lado da etologia e de parte da antropologia como ciências, respectivamente, das seleções filogenética e cultural do comportamento. Cf. Skinner, 1988b; 1990.

²¹ Cf. Skinner, 1971, p. 12-13; 1972a, p. 71; 1976, p. 182. Cf. também Baum; Heath, 1992.

iniciadoras das ações, eles levam à perda da curiosidade pelos, e negligência dos, fatores histórico-ambientais, e, *ipso facto*, atrapalham os efetivos controle, predição e compreensão do comportamento, que constituem objetivos fulcrais da análise do comportamento. Assim sendo, segue-se a tese da inadmissibilidade.

Aceitamos as premissas (1)-(3) deste argumento – e, portanto, ao ser encarado, parcialmente, como um argumento contra o mentalismo, estamos de acordo com tal argumento. No entanto, temos como hipótese de trabalho que os DPTs não são sinônimos de mentalismo, ou seja, não aceitamos a premissa (4). Elucidamos, logo a seguir, por que questionamos-la. A ideia fundamental é de que tais conceitos podem ser empregados de maneira não-mentalista, e, mais do que isso, de maneira correta. Em outras palavras, eles, em princípio, não atrapalham a busca pelas variáveis que controlam o comportamento – e desta maneira, seus efetivos controle, predição e entendimento – quando são empregados de maneira correta. Atrapalham apenas quando são empregados de modo mentalista ou de alguma outra maneira (a nosso ver) equivocada. (Além disso, na seção 4.2 abaixo, procuramos mostrar que, quando são empregados de maneira correta, tais termos podem, antes, *contribuir* para os desideratos da análise do comportamento.)

Consideramos plausível uma boa parte tanto da análise positiva de Skinner sobre o funcionamento dos DPTs como da análise negativa (revisadas nas seções 2 e 3 acima, respectivamente). No que tange à análise positiva, estamos plenamente de acordo em que as funções explicativa e preditiva das predicções intencionais são desempenhadas pela subsunção de ações a certos contextos associados à sua realização, sem suporem designar correspondentes entidades internas de algum tipo (estados, processos ou similares). Esta análise está em consonância com as abordagens de Ryle (1949) e Melden (1961), e, de modo significativo, vem a acrescer-lhes poder de inteligibilidade. A causação selecionista do comportamento proporciona um entendimento de por que as ações estão associadas a determinados contextos, sem que os atributos intencionais tenham de ser tomados como causas internas delas. Ou seja, tal causação torna inteligível por que ações e contextos constituem o *inteiro* sentido dos termos intencionais: elas direcionam-se a determinadas consequências, sob determinadas circunstâncias, por constituírem um padrão de

comportamento modelado historicamente pelas contingências de reforço e de punição²².

Além disso, a abordagem de Skinner está em consonância com a categoria do organismo como um todo, ou seja, com o fato de que as predicções intencionais aplicam-se com sentido apenas aos organismos inteiros, e não a suas partes, como o cérebro. Este é um aspecto importante, porque, como mostra Ryle (1949), e, mais recentemente, re-enfatizam Bennett e Hacker (2003), dizer-se que os termos intencionais recaem sobre entidades cerebrais (algo frequente nas filosofias da mente contemporâneas) implica em erros conceituais sistemáticos.

Um elemento que acrescentaríamos a análise de Skinner dos enunciados intencionais de primeira pessoa é o de que elas nem sempre funcionam como remissões a contingências de reforço e de punição. Por vezes, como salientam Ryle (1949) e Wittgenstein (1953), eles funcionam como manifestações (“avowals”), que podemos entender como atos verbais constitutivos de padrões molares de comportamento, ou seja, atos que compõem padrões operantes estendidos no tempo. Eles servem como “bilhetes para inferências” (Ryle) ou critérios (Wittgenstein) para predicções intencionais da comunidade linguística, consoante convenções sociais de nossa cultura – predicções estas que se aplicam com sentido ao padrão molar inteiro, e não ao ato singular²³. Isto está plenamente em harmonia com a abordagem de Skinner.

Nesse tipo de uso, não faz sentido afirmar que a verbalização de uma intenção seja a verbalização de uma causa mental das ações. Ela pode ser apenas um dos comportamentos típicos que preenchem os condicionais de uma expressão disposicional molar. Voltando ao exemplo de João, sabe-se que ele tem a intenção de se formar em medicina com base em informações a respeito das coisas que ele faz. Sabemos que ele cursa disciplinas da área, lê livros da área, estuda com afinco, conversa sobre temas relacionados à medicina, e, dentre várias outras coisas, diz que tem a

²² A nosso ver, este elemento é chave para uma resposta ao desafio de Davidson (1980) aos referidos autores.

²³ Esta interpretação dos “avowals”, portanto, difere daquela usual na filosofia da mente recente, na medida em que não são entendidos como expressões não-descritivas (não-proposicionais) *de estados mentais* correspondentes a atributos intencionais. A nosso ver, a interpretação que sugerimos permite uma dissolução das dificuldades apontadas por Malcom (1964) a Skinner.

intenção de ser médico. A verbalização faz parte de um padrão de comportamento, imprecisamente caracterizado na linguagem cotidiana, que resume certas relações condicionais entre contextos e respostas.

Uma importante característica da lógica do uso de conceitos disposicionais (analisada por Ryle, 1949) é a de que esses conceitos não descrevem qualquer evento específico ocorrendo em um determinado momento, mas, antes, relações entre eventos, as quais podem ser formuladas em enunciados condicionais. Quando um animal é descrito como ruminante, por exemplo, nada se afirma sobre o que ele está a fazer no momento. A descrição estabelece certas relações condicionais entre determinadas condições e coisas que o animal fará. Descrever que um animal é ruminante é uma maneira de afirmar que “se ele comer, então ele posteriormente ruminará”. Portanto, conceitos disposicionais resumem um conjunto de observações passadas, entre condições e eventos (por exemplo, comer e ruminar), e predizem que tais relações se manterão em ocasiões futuras.

No caso de conceito disposicionais psicológicos, a lógica fundamental de seus usos não se altera, mas com uma diferença quanto ao seu nível de abertura ou indeterminação. Enquanto conceitos como ‘ser ruminante’ e ‘ser solúvel’ admitem apenas um tipo de ocorrência para preencher as cláusulas “se-então”, os conceitos psicológicos admitem uma lista longa e indeterminável de possíveis ocorrências. Alguém pode ser vaidoso com sua aparência quando sai de sua casa, ou com suas habilidades acadêmicas quando em sala de aula, ou com a história de sua família quando expõe os seus feitos. Não há qualquer ocorrência singular que seja condição necessária ou suficiente para caracterizar uma pessoa vaidosa. A aplicação dos predicados em questão tem como critério relações, estendidas temporalmente, entre contextos e interações organismo-ambiente.

No que tange, por sua vez, à análise negativa, concordamos com os pontos para os quais Skinner chama atenção. Eles deixam bastante visíveis os hábitos mentalistas associados ao emprego dos DPTs. O que não concordamos é que estes termos sejam análogos aos termos ultrapassados da história das ciências, como ‘flogisto’ e ‘calórico’. Pois, se os DPTs funcionassem inerentemente de maneira mentalista, sua lógica ou “gramática” (no sentido de Wittgenstein) não revelaria categorias não-mentalistas, mas ela o faz, e revela que a interpretação mentalista deles

transgride as regras que regem seu emprego. Embora os DPTs sejam por vezes empregados de maneira mentalista, não mantemos o pessimismo de Skinner quanto a eles, porque (para nos expressarmos como Austin, 1956) a clarificação de sua lógica – e, inclusive, a própria análise skinneriana, operante – contribui para o entendimento de como empregá-los coerentemente e aprimorarmos nossa percepção de sua relação com fenômenos aos quais dizem respeito (no caso, fenômenos comportamentais, e não de qualquer outra dimensão de análise).

4.2 O argumento da falta de poder explicativo dos termos intencionais

Skinner assim expressa outro argumento para a tese da inadmissibilidade:

Um retorno para o vocabulário leigo do comportamento *não pode ser justificado*. Esta mudança é uma questão de motivação, habilidade ou acessibilidade de objetivos. Tais [fatores] são todos irrelevantes para a aquisição de longo prazo de uma abordagem científica do comportamento. [...] Neste meio tempo [de abandono do vocabulário leigo], precisaremos de um *entendimento efetivo* do comportamento humano [...]. (Skinner, 1972b, p. 328; grifos nossos; tradução nossa)

[...] As velhas maneiras de falar são abandonadas com pesar, e, as novas, são estranhas e desconfortáveis, mas a mudança deve ser feita.

Esta não é a primeira vez que uma ciência sofre de tal transição. Houve períodos em que era difícil para o astrônomo não parecer um astrólogo (ou ser um astrólogo no fundo) e quando o químico não tinha de maneira alguma se libertado da alquimia. Estamos em um estágio similar em uma ciência do comportamento, e quanto antes a transição for completada, melhor. (Skinner, 1976, p. 22; tradução nossa)

Este raciocínio pode ser representado, de modo aproximado, da seguinte maneira:

- (1) Os DPTs são, em última instância, empregados de modo mentalista.
- (2) Se os DPTs são, em última instância, empregados de modo mentalista, então, se eles promovessem um real entendimento do comportamento, então a suposição mentalista seria correta.
- (3) Portanto, se os DPTs promovessem um real entendimento do comportamento, então a suposição mentalista seria correta. (De (1) e (2), *modus ponens*)
- (4) Ora, a suposição mentalista não é correta.

- (5) Portanto, os DPTs não promovem um real entendimento do comportamento. (De (3) e (4), *modus tollens*)
- (6) Se os DPTs não promovem um real entendimento do comportamento, então, se é do interesse da análise do comportamento um entendimento rigoroso do comportamento, então eles são, em geral, inadmissíveis nessa área e devem ser substituídos por um vocabulário de termos rigorosos.
- (7) Portanto, se é de interesse da análise do comportamento um entendimento rigoroso do comportamento, então os DPTs são, em geral, inadmissíveis nessa área e devem ser substituídos por um vocabulário de termos rigorosos. (De (5) e (6), *modus ponens*)
- (8) Ora, é de interesse da análise do comportamento um entendimento rigoroso do comportamento.
- (9) Portanto, os DPTs são, em geral, inadmissíveis em análise do comportamento e devem ser substituídos por um vocabulário de termos rigorosos. (De (7) e (8), *modus ponens*)

Como vimos, para Skinner, os termos em questão são irremediavelmente mentalistas. Não é possível traduzi-los inteiramente em termos daquilo que eles de modo verdadeiro designam, mas apenas fazer aproximações e evitar, de modo limitado, que nos levem a crer em supostas entidades mentais internas correspondentes a eles. Naturalmente, se as inferências mentalistas fossem suficientemente explicativas, remetendo a causas dos comportamentos, promoveriam entendimento dele; mas elas são, antes, inferências de pseudocausas. Por conseguinte, não o fazem (raciocínio representado em (1)-(5)). Sendo assim, não servem para a psicologia, pelo menos para a que nos propomos a desenvolver. Temos que nos valer de um vocabulário próprio, que remeta aos, e nos leve a buscar pelos, processos de seleção dos comportamentos (raciocínio representado em (5)-(9)). Este argumento é similar ao argumento que examinamos na seção anterior, com a diferença de que se centra na eliminação de termos que não sejam explicativos (não na premissa de que os DPTs atrapalham a investigação).

Questionamos o presente argumento de Skinner rejeitando sua premissa (1) e sua premissa (6). Ou seja, que os DPTs sejam inerentemente mentalistas e que, se eles não promovessem um real entendimento do comportamento, deveriam ser (necessariamente) rejeitados em análise do comportamento e substituídos por termos técnicos. Isto embora concordemos com as premissas (2), (4) e (8), que não envolvem diretamente as premissas (1) e (6).

Nosso questionamento da premissa (1) foi apresentado acima, na seção 4.1, e equivale à nossa hipótese de trabalho. Quanto à premissa (6), questionamo-la rejeitando que deva ser uma condição necessária para a admissibilidade dos DPTs na área que eles promovam explicações dos eventos comportamentais. Pois, se a hipótese de trabalho estiver correta, então, embora não contribua diretamente para a explicação dos eventos comportamentais, o vocabulário intencional e de termos para traços de personalidade pode contribuir heurísticamente para seu controle e a predição, particularmente nos contextos abertos de pesquisa (como em análise comportamental aplicada).

Apesar da vagueza dos DPTs na linguagem cotidiana, a lógica de seus usos faz referência a relações condicionais entre eventos e comportamentos, aspecto não valorizado por Skinner. Tais conceitos, mesmo que de forma limitada, possibilitam ao ouvinte fazer previsão sobre como as pessoas ou outros organismos comportar-se-ão frente a algumas circunstâncias. Essas circunstâncias são candidatas, por excelência, para constarem em uma análise funcional das variáveis que influenciam o comportamento. Uma análise funcional detalhada pode ser desenvolvida a partir desse conhecimento prévio sobre em quais circunstâncias o comportamento sendo examinado tipicamente ocorre.

Isso não significa que tal vocabulário possa servir, na área, como dispositivo para as *explicações* dos eventos comportamentais. Pois não há acréscimo explicativo causal com predicações intencionais e de traços de personalidade (verdadeiras) por si mesmas: elas não crescem algo para além das contingências histórico-contextuais de seleção e mantimento dos comportamentos. A contribuição que predicações deste tipo podem dar para a explicação (causal) dos eventos comportamentais é apenas indireta; nomeadamente, por permitirem inferências sobre prováveis contingências de reforço e de punição – que é aquilo que realmente os explica.

Se a premissa (1) de Skinner fosse verdadeira, seguir-se-ia a inadmissibilidade dos DPTs, posto que, neste caso, mesmo que eles tivessem valores pragmaticamente consideráveis, seriam um vocabulário inconsistente com o vocabulário puramente operante. Mas, se nossa hipótese estiver correta (como o cremos que está, pelas razões que elucidadas em 4.1), trata-se de vocabulários consistentes entre si.

Alguns autores (por exemplo, Hocutt, 2007; Quine, 1960) diriam que tais vocabulários, na verdade, são como óleo e água, ou seja, que um vocabulário referencialmente opaco não se mistura com um referencialmente transparente. Pelo menos duas respostas podem ser dadas a esta objeção. Em primeiro lugar, como argumenta Millikan (1993), as categorias funcional-biológicas (por exemplo, órgãos corporais, padrões fixos de ação, etc.) caracterizam-se pela intencionalidade: a falha em realizar as funções que se estabelecem (historicamente) por (processos causais de) seleção. Ora, a intencionalidade expressa-se na linguagem como não satisfação da Lei de Leibniz. Além disso, as categorias operantes podem ser consideradas categorias funcional-biológicas, na medida em que relacionadas a processos de seleção pelas consequências e à adaptação dos organismos. Assim, é questionável que o vocabulário operante seja puramente extensional e, considerando-se que a biologia lida com categorias funcional-biológicas, é falso que toda ciência natural seja puramente extensional²⁴. Em segundo lugar, não estamos sustentando uma incorporação do vocabulário de DPTs ao vocabulário de base da análise comportamental, mas somente chamando atenção para seus potenciais valores heurísticos para esta ciência. Não se requer, para tanto, que sejam tal e qual o vocabulário técnico. A compatibilidade que há entre ambos os vocabulários, se a hipótese deste trabalho estiver correta, é a de que ambas são “posturas contextuais”, ou seja, funcionam pela remissão a relações entre contextos e histórias de interação organismo-ambiente²⁵.

Outra razão para a admissão de DPTs por um subprograma na área é a de que é de interesse da psicologia o estudo dos atributos intencionais e traços de personalidade (dentre muitas outras coisas). Historicamente, a tarefa de um estudo científico destes atributos foi atribuída a esta área de investigação. Uma vez delineado o real funcionamento dos DPTs, percebe-se, como salienta Rachlin (1988; 1994), que *é à análise do comportamento que cabe a realização deste desiderato* – pois os atributos intencionais e traços de personalidade correspondem a relações comportamentais, o nível próprio

²⁴ Este pensamento independente do mentalismo de Millikan (1993) com relação aos termos intencionais.

²⁵ A expressão é de Foxall (2004). Entretanto, Foxall, diferentemente do que fazemos, não interpreta a “postura intencional” (Dennett, 1987), o funcionamento dos termos intencionais, como uma postura contextual.

de estudo deste programa geral de pesquisa. Portanto, se nossa hipótese de trabalho estiver correta, os termos em questão poderiam, desde que apropriadamente delimitados, ser utilizados em análise do comportamento para a realização desta tarefa (embora não para algumas outras de suas tarefas). Há critérios bastante objetivos para a aplicação dos DPTs (do contrário, consideraríamos ser o caso a tese da inadmissibilidade), e, assim, é desejável um estudo empírico (embora não só o empírico) destes critérios.

4.3 O argumento analógico e histórico

Paralelamente ao argumento examinado na subseção 4.2, ocorre um argumento de cunho analógico e histórico, segundo o qual a psicologia deve abandonar os termos fictícios, da mesma forma que as ciências naturais relativamente muito bem sucedidas, como a física e a biologia, o fizeram²⁶. Podemos-lo representar da seguinte maneira:

- (1) As ciências naturais muito bem sucedidas rejeitaram para si os termos que em suas respectivas áreas eram ficções explanatórias.
- (2) Se as ciências naturais muito bem sucedidas rejeitaram para si os termos que em suas respectivas áreas eram ficções explanatórias, então, se a análise do comportamento pretende ser uma ciência natural muito bem sucedida, os DPTs são, em geral, inadmissíveis em análise do comportamento.
- (3) Logo, se a análise do comportamento pretende ser uma ciência natural muito bem sucedida, então os DPTs são, em geral, inadmissíveis em análise do comportamento. (De (1) e (2), *modus ponens*)
- (4) Ora, a análise do comportamento pretende ser uma ciência natural muito bem sucedida.
- (5) Logo, os DPTs são, em geral, inadmissíveis em análise do comportamento. (De (3) e (4), *modus ponens*)

A física e a biologia progrediram a partir do abandono de termos que herdaram da tradição grega e medieval, tais como ‘ímpeto’, ‘essência’, ‘causa final’, etc. Para Skinner, os DPTs são, igualmente, herdados da tradição, baseados em visões inteiramente falsas dos eventos naturais e, assim, vácuos. Por conseguinte, alega o autor, a psicologia que se pretenda uma ciência natural avançada tem de ver-se livre dos DPTs.

²⁶ Cf. também Skinner, 1971, p. 5ss.

Novamente aqui, uma pressuposição problemática, subjacente à premissa (2), é a ideia de que os conceitos em questão sejam ficções explanatórias. Já tivemos a ocasião de questioná-la. Com efeito, espera-se que esteja claro que os três raciocínios analisados para a tese da inadmissibilidade baseiam-se nesta pressuposição questionável.

Entretanto, Skinner poderia ter avançado seu raciocínio analógico e histórico de outra maneira, que teria uma força considerável. Pensamos no argumento tal que: (a) não se comprometesse com tal premissa problemática e (b) mantivesse a forma lógica do anterior, mas (c) substituísse a proposição expressa em (1) pela proposição de que *as ciências naturais muito bem sucedidas rejeitaram para si grande parte dos termos do senso comum*, (d) bem como substituísse a proposição correspondente ao consequente do consequente de (2) – a mesma que é o consequente de (3) – pela proposição de que *é (plenamente) legítimo rejeitar-se o vocabulário de DPTs em análise do comportamento*.

Se se quisesse manter a conclusão na forma da tese da inadmissibilidade inalterada, o argumento não seria conclusivo, porque a força que ele pode ter é de mostrar que, em razão do paralelo histórico com as ciências naturais, pode ser interessante (pragmaticamente) apostar-se no abandono dos termos intencionais em análise do comportamento. Ele não tem qualquer força de mostrar que a alternativa de utilizá-los nela seja uma alternativa inválida. À versão modificada que sugerimos do argumento, naturalmente assentamos, observado que ela é plenamente compatível com a opção pela *admissibilidade*.

5 Observações finais

A divulgação de pressuposições equivocadas sobre o behaviorismo radical de Skinner é recorrente na filosofia da mente contemporânea. Um destes equívocos é a distinção entre “behaviorismo filosófico” e “behaviorismo psicológico”, colocando-se Skinner como um proponente do segundo *simplesmente sem mais*. O primeiro tipo de behaviorismo (ao qual é-se feita associação de Ryle e, frequentemente, Wittgenstein) estaria preocupado com a semântica dos conceitos psicológicos ordinários, enquanto o segundo, com os métodos da psicologia e as maneiras de torná-la uma ciência natural. Por isso, geralmente apenas o primeiro tipo é considerado nos livros introdutórios na área, deixando-se de lado a contribuição que o

behaviorismo radical tem para dar a respeito do funcionamento destes predicados.

Mostramos acima que uma abordagem sobre o funcionamento dos termos intencionais e termos para traços de personalidade é uma parte constitutiva do behaviorismo radical. Não vem a ser uma razão para se desconsiderar esta abordagem o fato de ela ser parte de uma filosofia preponderantemente da psicologia e voltada para questões metodológicas da área. Pois o fator fundamental é que ela possui elementos relevantes em análise de tais predicados. Portanto, a distinção entre behaviorismos “filosófico” e “psicológico” é questionável, particularmente quando ela gera dois pólos, colocando-se Skinner no pólo psicológico. A filosofia de Skinner (e poderíamos mencionar também o behaviorismo teleológico de Rachlin) possui elementos que a qualificam como relevante não só metodologicamente, mas também para questões conceituais tratadas em filosofia da mente.

Outra suposição é a de que Skinner teria rejeitado os termos psicológicos comuns por referirem-se a eventos privados e inobserváveis, como sugere, por exemplo, Heil:

E agora parece como se algum mecanismo subjacente ao comportamento do rato de pressionar a barra devesse ser especificado por referência ao que [...] podemos com rubor descrever como sendo os desejos e propósitos do rato. Infelizmente, desejos e propósitos são estados mentais ‘inobserváveis’, e, assim, oficialmente fora das fronteiras do behaviorista. (Heil, 2004, p. 68)

A linha argumentativa de Skinner para a rejeição dos DPTs em psicologia, na verdade, não se baseia em qualquer premissa de que, se eles designassem eventos privados ou inobserváveis, então seriam inadmissíveis em psicologia. Esta é uma premissa pressuposta em algumas versões iniciais do behaviorismo, como a versão de Watson (1930), mas não no behaviorismo de Skinner. Antes, a posição de Skinner baseia-se em premissas como a de que tais termos possuem conotações irremediavelmente mentalistas e a de que o mentalismo é uma visão errônea dos eventos psicológicos.

Através do uso do vernáculo, com suas alusões a histórias individuais e probabilidades de ação, a psicologia emergiu como uma efetiva, essencial e altamente respeitável profissão. A tentativa de usar as aparentes referências a uma mente iniciadora e converter o vernáculo em linguagem de uma ciência foi, contudo, um equívoco. Watson e outros primeiros behavioristas pensaram que o

engano jaz em utilizar-se introspecção. [...] Antecipando o positivismo lógico, argumentaram que um evento visto apenas por uma pessoa não teria lugar em uma ciência. O problema não era a introspecção, contudo. Era o eu iniciador ou mente ao qual a introspecção parecia dar acesso.

[...] Não vemos as histórias de seleção responsáveis pelo que é feito e, por isso, inferimos um originador interno, mas o uso bem-sucedido do vernáculo na prática da psicologia não oferece suporte algum para o seu uso em uma ciência. Em uma análise científica, histórias de variação e seleção cumprem o papel de iniciador. (Skinner, 1990, p. 1209)

A abordagem de Skinner, além disso, admite que os termos intencionais se referem, algumas vezes, a eventos privados. Como salienta Moore (2008), não há problema com a privacidade ou inobservabilidade de eventos psicológicos em si mesmas, mas com o entendimento da natureza destes eventos, que, na abordagem em questão, é entendida como sendo comportamental.

A parte fundamental da análise de Skinner dos termos em questão é, a nosso ver, plausível. Ela captura seu funcionamento contextualizador e sua categoria do organismo como um todo. Além disso, a análise de Skinner dá inteligibilidade a tal funcionamento contextualizador sem que seja preciso apelar-se a uma interpretação mentalista.

Porém, Skinner supõe, pelo menos em seus argumentos para a tese da inadmissibilidade, que os DPTs são inerentemente mentalistas, e, por isso, subestima sua utilidade para a análise do comportamento. Na verdade, a “cartografia conceitual” deles e a própria análise operante de Skinner contribuem para aguçarmos a correção de seu emprego – *como inferências sobre correlações entre ações do organismo como um todo e contextos que costumam ser-lhes ocasiões*. Assim, inclusive considerando-se que tal vocabulário está em consonância com a visão operante, selecionista do comportamento e com seus termos técnicos, ele é potencialmente útil como ferramenta heurística para a especificação dos padrões comportamentais relevantes e a busca pelas suas variáveis controladoras, e, portanto, para a realização dos objetivos desta ciência. Embora, a rigor, não seja admissível que os DPTs sirvam como dispositivos explicativos na área, eles poderiam ser empregados, desde que apropriadamente delimitados, para pelo menos duas finalidades: contribuir para a descoberta das variáveis independentes e dependentes de interesse, particularmente em contextos abertos de pesquisa,

e para a tarefa de promover uma contribuição empírica sistemática acerca dos tipos de condutas para as quais eles estão.

Tem-se como uma conclusão também que a *posição* skinneriana é, apesar disso, bastante justificável, por uma linha de raciocínio histórico-analógica examinada em 4.3, *ao ser interpretada com premissas apropriadamente modificadas*. Nomeadamente, pela razão de que o interesse em levar-se a cabo uma ciência com apenas termos próprios e despida dos termos ordinários é apoiado pela história das ciências naturais.

O uso dos termos intencionais ou de termos para traços de personalidade (como também termos para experiências e sensações) é defendido, na tradição behaviorista, primeiramente por Tolman (1951). Este autor propôs, inicialmente, a definição estipulativa de termos intencionais como termos para padrões molares de comportamento, e, em escritos posteriores, passou a concebê-los como termos para variáveis mediadoras, interpretadas de modo instrumentalista. A justificação alegada, em ambos os casos, era a utilidade para a predição e o controle do comportamento²⁷. Gostaríamos de salientar que, conforme argumentamos, tal proposta sofre à objeção de Skinner que analisamos na seção 4.1, e, além disso, possui dificuldades conceituais da perspectiva mentalista dos termos intencionais. Além disso, gostaríamos de observar que também a visão inicial de Tolman sobre os termos intencionais é diferente daquela que aqui assumimos, na medida em que nossa caracterização é do funcionamento real destes termos, e não meramente estipulativa.

Mais recentemente, já a partir da tradição behaviorista skinneriana, Foxall (2004; 2007) propõe o emprego dos termos intencionais em um subprograma de análise comportamental, com base da interpretação deles sugerida por Dennett (1987). Foxall acredita que tal vocabulário serviria para preencher lacunas temporais entre as histórias de reforço e as exemplificações presentes dos comportamentos, e para explicar-se “eventos do nível pessoal”. É preciso salientar-se que a argumentação desenvolvida no presente artigo não apóia o emprego de termos intencionais para tais finalidades. Procuramos sustentar que são outras as finalidades que os termos intencionais podem legitimamente desempenhar. A proposta de

²⁷ Para um panorama da proposta de Tolman, cf. Lopes, 2009.

Foxall reflete pressuposições questionáveis sobre o funcionamento destes conceitos.

Nossa argumentação está em conformidade maior com a proposta behaviorista de Rachlin (1994). Apoiamos uma perspectiva semelhante à de Rachlin sobre o funcionamento dos termos aqui tratados²⁸.

Referências

- AUSTIN, J. L. A Plea for Excuses. *Proceedings of the Aristotelian Society*, 57, p. 1-30, 1956.
- BAUM, W. M. *Understanding Behaviorism: Behavior, Culture, and Evolution*. 2ed. Malden, MA: Blackwell, 2005.
- BAUM, W. M.; HEATH, J. L. Behavioral Explanations and Intentional Explanations in Psychology. *American Psychologist*, 47 (11), 1312-1317, 1992.
- BENNETT, M. R.; HACKER, P. M. S. *Philosophical Foundations of Neuroscience*. Oxford: Blackwell, 2003.
- BRENTANO, F. *Psychology from an Empirical Standpoint*. Trans. by A. Rancurello et al. London: Routledge, 1995.
- CHIESA, M. *Radical Behaviorism: The Philosophy and the Science*. Boston: Authors Cooperative, 1994.
- CHISHOLM, R. *Perceiving: A Philosophical Study*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1957.
- CHURCHLAND, P. M. Eliminative Materialism and the Propositional Attitudes. *Journal of Philosophy*, 78 (2), p. 67-90, 1981.
- _____. *Matter and Consciousness: A Contemporary Introduction to the Philosophy of Mind*. Rev. ed. Cambridge, MA: MIT Press, 1988.
- DAVIDSON, D. Actions, Reasons, and Causes. In: DAVIDSON, D. *Essays on Actions and Events*. Oxford: Oxford University Press, 1980, p. 3-19. (Artigo publicado originalmente em 1963.)
- DENNETT, D. *The Intentional Stance*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1987.
- DUTRA, L. H. de A. Comportamento Intencional e Contextos Sociais: Uma Abordagem Nomológica. *Abstracta*, 2 (2), p. 102-128, 2006.

²⁸ Sobre a abordagem de Rachlin, cf. também Dutra, 2006.

FOXALL, G. *Context and Cognition: Interpreting Complex Behavior*. Reno, NV: Context Press, 2004.

_____. Intentional Behaviorism. *Behavior and Philosophy*, 35, p. 1-55, 2007.

GLENN, S. S.; MADDEN, G. J. Units of Interaction, Evolution, and Replication: Organic and Behavioral Parallels. *The Behavior Analyst*, 18 (2), p. 237-251, 1995.

HEIL, J. *Philosophy of Mind: A Contemporary Introduction*. 2nd ed. New York: Routledge, 2004.

HOCUTT, M. Gordon Foxall on Intentional Behaviorism. *Behavior and Philosophy*, 35, p. 77-92, 2007.

LOPES, C. E. O Projeto de Psicologia Científica de Edward Tolman. *Scientia Studia*, 7 (2), p. 237-250, 2009.

MALCOLM, N. Behaviorism as a Philosophy of Psychology. In: WANN, T. W. (ed.). *Behaviorism and Phenomenology: Contrasting Bases for Modern Psychology*. Chicago: University of Chicago Press, 1964, p. 141-162.

MELDEN, A. I. *Free Action*. London: Routledge, 1961.

MILLIKAN, R. G. *White Queen Psychology and Other Essays for Alice*. Cambridge, MA: MIT Press, 1993.

MOORE, J. *Conceptual Foundations of Radical Behaviorism*. Cornwall-on-Hudson, NY: Sloan, 2008.

QUINE, W. V. O. *Word and Object*. Cambridge, MA: MIT Press, 1960.

RACHLIN, H. Mental, Yes; Private, No. In: CATANIA, A. C.; HARNAD, S. (eds.). *The Selection of Behavior*. New York: Cambridge University Press, 1988, p. 200-201.

_____. *Behavior and Mind: The Roots of Modern Psychology*. New York: Oxford University Press, 1994.

RYLE, G. *The Concept of Mind*. London: Hutchinson, 1949.

SKINNER, B. F. *The Behavior of Organisms: An Experimental Analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1938.

_____. *Science and Human Behavior*. New York: Macmillan, 1953.

_____. *Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1969.

_____. *Beyond Freedom and Dignity*. New York: Knopf, 1971.

_____. Are Theories of Learning Necessary? In: SKINNER, B. F. *Cumulative Record: A Selection of Papers*. 3ed. New York: Appleton-

Century-Crofts, 1972a, p. 69-100. (Artigo publicado originalmente em 1950.)

_____. The Flight from the Laboratory. In: SKINNER, B. F. *Cumulative Record: A Selection of Papers*. 3ed. New York: Appleton-Century-Crofts, 1972b, p. 314-330. (Artigo publicado originalmente em 1961.)

_____. *About Behaviorism*. New York: Vintage Books, 1976 [1974].

_____. The Operational Analysis of Psychological Terms. In: CATANIA, A. C.; HARNAD, S. (eds.). *The Selection of Behavior*. New York: Cambridge University Press, 1988a, p. 150-164. (Artigo originalmente publicado em 1945.)

_____. Selection by Consequences. In: CATANIA, A. C.; HARNAD, S. (eds.). *The Selection of Behavior*. New York: Cambridge University Press, 1988b, 11-20. (Artigo originalmente publicado em 1981.)

_____. Can Psychology be a Science of Mind? *American Psychologist*, 45 (11), p. 1206-1210.

TOLMAN, E. C. *Behavior and Psychological Man: Essays in Motivation and Learning*. Berkeley, CA: University of California Press, 1951.

WATSON, J. B. *Behaviorism*. 2ed. New York: Norton, 1930.

WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. Ed. by G. E. Anscombe; R. Rhees; trans. by G. E. Anscombe. Oxford: Blackwell, 1953.